



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Dezembro de 2016 | PT



EDITORIAL

Tempo de esperança, tempo de paz

Projetos ambiciosos e a longo prazo como a União Europeia atravessam altos e baixos e a sua solidez mede-se em função do grande barómetro da democracia, que permite aos cidadãos expressar o seu nível de satisfação em relação aos seus líderes e governos.

Contra todas as expectativas, o Reino Unido votou a favor do Brexit e Donald Trump ganhou as eleições presidenciais dos EUA.

Os cidadãos expressaram a sua vontade e, embora os resultados possam suscitar alguma ansiedade, temos agora de olhar para o futuro. As consequências destes dois resultados ainda não foram totalmente determinadas, mas uma coisa é certa: a Europa tem de aceitar esta nova realidade e reagir de forma construtiva.

Mas de que forma conseguirá o projeto europeu reconquistar a confiança dos cidadãos? Não tenho dúvidas de que a resposta reside na sociedade civil e na sua capacidade de adaptação a todas as mudanças. É aí que começam todas as ações positivas. Temos de nos concentrar nos cidadãos e aprender com eles. Tomemos como exemplo os ataques terroristas e a crise da migração. O ano de 2016 será recordado por esses atos atrozes e pelo número recorde de migrantes e refugiados que chegaram à Europa. Mais uma vez, foi a sociedade civil que esteve na linha da frente. Cidadãos normais e organizações realizaram ações extraordinárias por pessoas que perderam tudo, sofriam e estavam desesperadas. Há exemplos de compaixão inspiradores em todos os Estados-Membros.

Este ano, o **seminário organizado pelo CESE sobre os meios de comunicação social da sociedade civil** centrou-se na comunicação sobre a migração, a ideia sendo dar a conhecer sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação em toda a Europa para influenciar a resposta do público à crise. Esperamos ter contribuído, através desse seminário, para desenvolver uma abordagem mais construtiva graças à partilha de conhecimentos e boas práticas. O Prémio CESE para a Sociedade Civil de 2016 apresentará igualmente as ações mais notáveis em matéria de acolhimento e integração dos refugiados e dos migrantes na Europa. Os cinco vencedores (**Fundação Artemisszió – Hungria; Dionysis Arvanitakis – Grécia; ILIAK-TIDA – Grécia; SOS Méditerranée – Alemanha; SOS Racismo Gipuzkoa – Espanha**) receberão o prémio pelas suas ações na reunião plenária do CESE, em 15 de dezembro.

A comunicação destes bons exemplos europeus é fundamental para espalhar a mensagem e criar uma verdadeira rede de ajuda humanitária transfronteiras. Comunicar de forma eficaz tornou-se mais importante do que nunca. Já não é suficiente «realizar o seu trabalho»: é essencial dar a conhecer a forma como estamos a melhorar as vidas dos cidadãos. O CESE decidiu chamar a atenção para estes esforços e estas pessoas, pois é graças a pessoas destas que há esperança para a Europa.

Gonçalo Lobo Xavier

Vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação

A Europa tem de servir melhor os consumidores, diz o CESE

O CESE adotou três pareceres fundamentais sobre o **bloqueio geográfico, a itinerância e a entrega de encomendas**, exortando a Comissão Europeia a rever as suas propostas para tornar o mercado único uma realidade para os consumidores.

O CESE duvida que a proposta da Comissão sobre o **bloqueio geográfico** seja capaz de atenuar as frustrações dos consumidores e das empresas e recomenda a criação de condições de concorrência equitativas no comércio em linha e fora de linha suprimindo os entraves às vendas e compras transfronteiriças de bens e serviços. A UE tem de enfrentar o problema das enormes

divergências entre as políticas industriais e as legislações dos Estados-Membros.

Quanto à **itinerância**, o CESE expressou sérias reservas sobre a possibilidade de os operadores negociarem regimes de preços grossistas não abrangidos pelos limites máximos regulados, como prevê a proposta da Comissão. O problema é que «regimes de preços grossistas inovadores» não abrangidos pelos limites máximos regulados não estariam diretamente ligados aos volumes consumidos e pode-se criar cartéis e gerar abusos de posição dominante. Além disso, os consumidores podem ver-se confrontados com um aumento geral das tarifas

nacionais para compensar a diminuição das receitas quando forem abolidas as tarifas de itinerância. Assim, o CESE defende medidas preventivas e uma maior transparência para que os consumidores compreendam perfeitamente os pormenores da sua fatura telefónica.

As tarifas de serviços transfronteiriços de **entrega de encomendas** por empresas estrangeiras de comércio eletrónico podem ser cinco vezes mais elevadas do que o seu equivalente nacional. Estas diferenças não podem ser explicadas por custos de mão de obra ou outros custos no país de destino e dissuadem os consumidores de fazer compras noutros Estados-Membros. No entender do CESE, a Comissão deveria definir prazos rigorosos para que todos os serviços de entrega de encomendas reduzam as suas tarifas e ameacem a imposição de tarifas máximas em caso de incumprimento. (cad/dm)

Medidas da UE contra o branqueamento de capitais devem abranger todos os países terceiros de risco elevado

A lista de países terceiros de elevado risco alvo de medidas reforçadas de vigilância (publicada em 14 de julho) não inclui muitos dos países que se presume funcionarem como paraísos fiscais para efeitos de branqueamento de capitais, nomeadamente os países mencionados nos Documentos do Panamá. O parecer do CESE sobre a «Diretiva Branqueamento de Capitais» propõe que seja elaborada uma nova lista de países terceiros de risco elevado ou que se alargue o âmbito de aplicação das medidas previstas.

O relator, Javier Doz Orrit (ES - Grupo dos Trabalhadores), propôs na reunião plenária de

dezembro que «os tratados de comércio livre e de associação económica devem incluir capítulos sobre medidas contra o branqueamento de capitais e a elisão e evasão fiscais». O CESE adotou igualmente dois pareceres sobre a luta contra o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a evasão fiscal, nos quais apela para a criação de um registo europeu centralizado de contas bancárias, o reforço da transparência no que respeita aos beneficiários de sociedades e fundos fiduciários, a realização de medidas contra a concorrência fiscal desleal e o anonimato das transações financeiras efetuadas com cartões pré-pagos, e a implementação de controlos mais rigorosos através da

cooperação entre as unidades de informação financeira.

«É oportuno proceder a uma harmonização a nível europeu do tratamento jurídico do conjunto de delitos relacionados com o branqueamento de capitais, a evasão fiscal, a corrupção e o financiamento do terrorismo, bem como das suas ligações. O mesmo é válido para a harmonização das sanções por violação das disposições das Diretivas Branqueamento de Capitais», afirmou Petru Sorin Dandea (RO - Grupo dos Trabalhadores), relator do parecer do CESE sobre o «Acesso às informações antibranqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais». (mm)

Participação recorde no 10.º seminário dos meios de comunicação da sociedade civil realizado na Academia Diplomática de Viena

O 10.º seminário dos meios de comunicação da sociedade civil, que teve lugar em 24 e 25 de novembro de 2016, na Academia Diplomática de Viena, atraiu o interesse não só de representantes da sociedade civil, mas também de diplomatas, organizações internacionais e jornalistas. O seminário foi organizado com o apoio do Centro de Informação das Nações Unidas em Viena, da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, do Ministério Federal dos Assuntos Europeus, da Integração e dos Negócios Estrangeiros da Áustria, da Presidência eslovaca da UE e do município de Viena. Os trabalhos foram presididos pelo vice-presidente do CESE, Gonçalo Lobo Xavier. O presidente do CESE, Georges Dassis, participou na sessão de abertura e Georgi Stoev, membro do CESE, Luca Jahier e Gabriele Bischoff, presidentes de grupo,



e Pavel Trantina, presidente de secção, participaram ativamente nos painéis de debate. Os debates, centrados no tema «Comunicar sobre a migração», foram organizados em quatro painéis temáticos: a introdução clandestina de migrantes, o papel dos meios de comunicação social, a integração social e o papel dos decisores políticos.

A presença de peritos, oradores diretamente implicados, jornalistas especializados na matéria e representantes da sociedade civil, juntamente com uma audiência empenhada, deu origem a animados debates sobre novas e velhas conclusões, bem como a alguns momentos de emoção. O CESE publicará uma brochura com contributos interessantes e importantes, incluindo as principais conclusões, que estará disponível no sítio Web do CESE, no início de 2017. Será também impresso um número limitado de exemplares. (sma)

AGENDA

14 e 15 de dezembro de 2016, Bruxelas
Reunião plenária do CESE

15 de dezembro de 2016, Bruxelas
Cerimónia de entrega do Prémio para a Sociedade Civil

NESTA EDIÇÃO

2 CESE apela para instrumento financeiro para erradicar o «varadouro»

2 Prémio CESE para a Sociedade Civil recompensa exemplos de sucesso e inspiradores de solidariedade humana no âmbito da migração

3 Madi Sharma escreve livro para ajudar a pôr 7 mil milhões de ideias em ação



Conferência CESE-OIT sobre o futuro do trabalho: globalização, alterações climáticas, progressos tecnológicos e aumento das desigualdades



Da esquerda para a direita: Guy Ryder, diretor-geral da OIT, Georges Dassis, presidente do CESE, e Marianne Thyssen, comissária europeia, na conferência sobre o futuro do trabalho

Em 15 e 16 de novembro de 2016, o CESE e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizaram um diálogo de alto nível, em Bruxelas, sobre o **futuro do trabalho**. Nele participaram mais de trezentos representantes da sociedade civil e dos parceiros sociais da Europa. Georges Dassis, presidente do CESE, Guy Ryder, diretor-geral da OIT recentemente reeleito, e Marianne Thyssen, comissária europeia, entrevistaram na sessão de abertura.

Os trabalhadores e os empregadores europeus confrontam-se com desafios importantes resultantes de uma globalização cada vez maior, que incluem formas atípicas de emprego e mudanças tecnológicas radicais que afetam a própria natureza do trabalho. A subcontratação, o trabalho por conta própria, os contratos de «horário zero», os horários de trabalho irregulares e o

trabalho em linha através de intermediários estão rapidamente a tornar-se preocupações quotidianas para os trabalhadores e os empregadores da Europa. De acordo com o Eurobarómetro da primavera de 2016, a segurança do emprego é uma grande preocupação para os cidadãos europeus, 47% dos quais consideram que «o pior ainda está para vir» em termos do impacto da crise económica no emprego.

Durante a conferência, os debates centraram-se na posição do trabalho na sociedade, na evolução dos padrões e condições de trabalho, nos efeitos da inovação tecnológica e da globalização para o local de trabalho e na governação no mundo do trabalho. As soluções identificadas durante a conferência contribuirão para a Iniciativa Centenária da OIT sobre o Futuro do Trabalho. (cad) ●

Declaração do presidente do Comité Económico e Social Europeu sobre a situação na Turquia em matéria de direitos fundamentais

Na sequência da reunião extraordinária da Mesa do CESE, realizada em 10 de novembro de 2016, o presidente fez a seguinte declaração:

«Gostaria de expressar a minha profunda preocupação com a situação atual na Turquia em matéria de respeito dos direitos fundamentais.

Se há que condenar firmemente o crime de tentar tomar o poder pela violência, uma tentativa de golpe de Estado não pode em caso algum justificar a suspensão do respeito dos direitos fundamentais.

Além disso, é extremamente preocupante que cidadãos, organizações da sociedade civil, jornalistas ou políticos que não apoiam esta tentativa de golpe de Estado sejam privados de certas liberdades sem qualquer prova da sua participação. É imperativo que a Turquia cumpra as obrigações que lhe incumbem, em particular, ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, garantindo que as normas do Conselho da Europa e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, relativas aos direitos humanos, continuam a ser respeitadas mesmo no âmbito de derrogações justificadas pelo estado de emergência.

Convido as autoridades turcas a tentarem superar esta situação de outra forma: é do interesse da própria Turquia, da sua população e das suas futuras relações com a União Europeia, que o país progrida de forma decisiva e definitiva para uma sociedade pluralista e pacífica na qual todas as ideias podem ser expressas livremente, exceto as que incitam à violência, onde as liberdades de expressão e de associação são absolutas, incluindo o direito de se manifestar publicamente ou participar numa greve, e em que todas as componentes da sociedade civil podem viver e expressar-se sem medo, incluindo as minorias de todo o tipo. Em meu entender, é o melhor meio para eliminar definitivamente todos os riscos para o país, unir a população para além das suas diferenças e preparar de forma verdadeiramente eficaz a adesão à União Europeia.»

Georges Dassis

Energia de «prossumidores»: Oportunidades e desafios para a UE

Os «prossumidores» são os mais recentes intervenientes no atual e extremamente complexo mercado da energia. São pessoas, agregados familiares ou cooperativas que produzem e consomem energia, muitas vezes a nível local. Para gerar energia utilizam, por exemplo, miniturbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, painéis solares ou bombas de calor.

No seu parecer sobre a «Energia de «prossumidores» e cooperativas de energia», o CESE sublinha

a importância de estabelecer regras para a participação dos novos intervenientes neste mercado, a fim de apoiar o seu desenvolvimento, mas também evitar distorções da concorrência.

Uma vez que os «prossumidores» produzem energia para as suas próprias necessidades, mas acabam muitas vezes por produzir mais, é fundamental encontrar uma solução para a energia excedentária, nomeadamente através da

Prémio CESE para a Sociedade Civil recompensa exemplos de sucesso e inspiradores de solidariedade humana no âmbito da migração

O número recorde de 283 candidaturas para o Prémio CESE para a Sociedade Civil deste ano no domínio da migração mostrou claramente que a migração e a integração de refugiados se mantêm um importante domínio de intervenção e preocupação para a sociedade civil europeia. A edição de 2016 recompensará projetos exemplares e inspiradores que representam o melhor da solidariedade humana na Europa e que tiveram comprovadamente um verdadeiro impacto no terreno.

O CESE já selecionou cinco finalistas da Hungria, Alemanha, Espanha e Grécia para a edição de 2016 do Prémio CESE para a Sociedade Civil no domínio da migração. O prémio deste ano destina-se a pessoas e organizações que se destacaram pelo seu trabalho para melhorar a vida dos migrantes e promover a sua integração na sociedade europeia.

As candidaturas finalistas incluem:

- **SOS Méditerranée**, um projeto alemão que contribuiu para salvar cinco mil vidas humanas no mar;
- **Dionysis Arvanitakis**, um padeiro grego, de oitenta anos, que tomou a iniciativa de distribuir pão e bolos a milhares de migrantes esfomeados e desesperados;
- **SOS Racismo Gipuzkoa – Gipuzkoako SOS Arrazakeria**, um projeto espanhol que literalmente reuniu milhares de residentes locais e migrantes à volta da mesa para comer e conviver; e
- **Artemisszió Foundation e Iliaktida**, dois projetos pioneiros, respetivamente, na Hungria e na Grécia de assistência aos migrantes e promoção da sua integração na sociedade.

Os projetos vencedores serão anunciados numa cerimónia de entrega dos prémios, que terá lugar em 15 de dezembro, durante a reunião plenária do CESE, em Bruxelas. Os projetos vencedores partilharão um prémio pecuniário no valor de 50 000 euros em reconhecimento do seu trabalho, a fim de dar um impulso muito necessário aos seus projetos para que possam ajudar ainda mais pessoas. O primeiro lugar receberá o prémio mais elevado. O Prémio para a Sociedade Civil, já na sua oitava edição, é atribuído todos os anos a um domínio importante das atividades do CESE. (mr/sk/jk) ●



CESE apela para instrumento financeiro para erradicar o «varadouro»

O método de «varadouro» consiste no desmantelamento de navios em países onde os direitos dos trabalhadores e as normas de segurança são mínimos ou inexistentes e em que os salários são de cerca de 3 euros por um dia de trabalho de 12 a 16 horas.

Para o membro do CESE Martin Siecker, relator do parecer de iniciativa do CESE sobre o «Desmantelamento de navios e sociedade da reciclagem», isto é uma situação inaceitável: «Temos de pôr termo a este trabalho perigoso, que não só explora os mais pobres, como também coloca diariamente a sua vida em perigo. A UE tem o dever moral de defender os direitos fundamentais dos trabalhadores, mesmo no estrangeiro.» A UE tem o dever moral de defender os direitos fundamentais dos trabalhadores, mesmo no estrangeiro.»

O CESE insta a Comissão a propor uma legislação mais dura que reconheça a responsabilidade dos armadores e a obrigação de desmantelar os seus navios de um modo digno, apelando ao princípio do «poluidor-pagador» para os armadores. «Se a Europa pretende desmantelar os seus navios de forma responsável, deve assegurar a integração desses custos nos custos operacionais do navio», afirmou o correlator Richard Adams.

Embora o Regulamento da UE relativo à reciclagem de navios - aplicável em 2018 - defina normas rigorosas para instalações de reciclagem de navios, é muito fácil para os armadores contornar estas normas através



da transferência de propriedade ou simplesmente da mudança para um pavilhão não pertencente à UE. No entanto, o instrumento financeiro proposto pelo CESE impedirá os armadores de transferirem a sua responsabilidade, uma vez que, se os seus navios não são desmantelados numa instalação que conste de uma lista aprovada pela UE, os armadores não poderão reclamar o fundo e terão de pagar um valor. (sma) ●



promoção da tecnologia de armazenamento de energia e da melhoria das interligações entre regiões da Europa com diferentes perfis de produção e de consumo de energia.

O CESE considera que a energia de «prossumidores» deve ser um elemento importante de uma política ativa para reduzir a pobreza energética e proteger os grupos socialmente vulneráveis. Poderá também ajudar a reforçar o desenvolvimento económico regional e resolver algumas das questões relacionadas com o envelhecimento da sociedade e a economia grisalha. Será fundamental a participação das organizações da sociedade civil e dos órgãos de poder local e regional neste contexto. (cad) ●

Dizer sim ao comércio e comunicar melhor a este respeito.

Os ensinamentos do Acordo Económico e Comercial Global (AECG)

Dilyana Slavova (BG - Grupo dos Interesses Diversos), presidente da Secção Especializada de Relações Externas do CESE

Fazer comércio é bom. O comércio justo e transparente é ainda melhor. Desde sempre o fizemos: o comércio era a atividade principal dos povos pré-históricos, que trocavam entre si bens e serviços antes da invenção da moeda.

Porém, as coisas complicam-se um pouco mais quando se passa a acordos de comércio internacionais a grande escala. A história dos acordos de comércio livre, o sigilo em torno das negociações e a fuga de informação sobre o conteúdo do acordo significam que existe um enorme potencial para a desconfiança e a suspeição.

O exemplo mais recente é o Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá (AECG), que requereu a aprovação de todos os Estados-Membros da UE. Depois de se chegar a um consenso em 28 de outubro, 28 Estados-Membros da UE aprovaram o acordo.

Mas alguns cidadãos da UE não o aceitaram. Os valões não são os únicos que se opõem ao AECG. 3,4 milhões de cidadãos europeus assinaram uma petição contra este acordo, e há mais de 2 000 «zonas livres de PTCl e AECG» na Europa. Essas vozes não devem ser ignoradas. Temos de tomar a sério as preocupações dos cidadãos e agir de forma transparente.

Existe, por conseguinte, uma clara necessidade de desenvolver uma forma melhor de gerir os acordos de comércio livre, com a participação dos Estados-Membros da UE e dos governos nacionais e escutando a voz da sociedade civil organizada. A UE tem de aprender outra lição desta lamentável experiência: a necessidade de ser transparente, sobretudo tendo em conta as negociações em curso sobre comércio livre com os Estados Unidos. A transparência tem de estar no cerne de todos os acordos comerciais e de investimento e os princípios democráticos devem ser respeitados ao longo de todo o processo de ratificação.

Os debates sobre o AECG demonstraram um problema fundamental na comunicação sobre o comércio. É ilusório pensar que no mundo globalizado e interconectado de hoje podemos interromper o comércio e fechar os nossos mercados. Não é possível travar a evolução tecnológica, a inovação e a automatização. O que é necessário hoje é moldar a liberalização do comércio de acordo com os nossos valores e adaptá-la às expectativas dos cidadãos europeus. A negociação de acordos comerciais é da responsabilidade da UE, porque a vantagem de permitir acesso ao grande mercado da UE oferece-nos um melhor acesso aos mercados estrangeiros. No entanto, os Estados-Membros, em conjunto com a UE, devem cooperar mais na aplicação dos acordos comerciais e desenvolver políticas de ajustamento que correspondam melhor aos desafios de cada Estado-Membro em termos de política social, infraestruturas e inovação. Os benefícios do comércio são difusos e não são visíveis imediatamente, mas as desvantagens da abertura do comércio podem surgir de forma abrupta e ter um efeito imediato. Os Estados-Membros da UE devem retomar o contacto com os seus cidadãos para apresentar e explicar os acordos comerciais, nomeadamente os seus valores e os seus eventuais desafios e vantagens, para que a sociedade civil organizada possa desempenhar um papel importante neste debate.

Há que aprender de forma correta e rápida as lições do AECG. Esta é a oportunidade para os responsáveis políticos da UE relançarem a política comercial da União, através da negociação dos próximos acordos de comércio de forma transparente e democrática. Tal significará incluir os governos, os parlamentos e os cidadãos tão cedo e tão amplamente quanto possível. Então, poderão efetivamente conquistar o apoio dos cidadãos em toda a Europa.

Não devemos esquecer que, quando se pretende um acordo global como este, há que permitir que todos aqueles que serão afetados tenham uma palavra a dizer sobre a matéria. É assim que funciona a democracia.



Para uma União de valores, há que defender o Estado de direito e os direitos fundamentais, afirma o CESE

A União Europeia não é apenas um mercado comum, é também uma união de valores comuns que molda a identidade europeia. Estes valores incluem a dignidade do ser humano, a liberdade, a igualdade e a solidariedade, bem como os princípios consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais.

Respeitar estes direitos, liberdades e princípios constitui uma condição prévia para aderir à UE, mas não existe, no entanto, um mecanismo que garanta a sua aplicação quando estes são postos em causa num Estado-Membro. Num novo parecer, o CESE recomenda que se vá mais longe para garantir a aplicação do Estado de direito e da democracia.

O CESE está convicto de que o artigo 51.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE deve ser alterado a fim de criar um mecanismo juridicamente vinculativo que

permita controlar a legalidade, a hierarquia das normas, a segurança jurídica, a igualdade, a não discriminação, o livre acesso à justiça e o direito a um julgamento justo, a prevenção de abusos e arbitrariedades pelos poderes públicos, a separação de poderes, o respeito e a proteção do pluralismo político, das minorias e da diversidade social e sexual, e o respeito pela liberdade de expressão e de imprensa. Este mecanismo permitiria identificar as lacunas e adotar as medidas corretivas necessárias.

Importa também celebrar um novo pacto para a democracia para facilitar a cooperação entre as instituições da UE e os Estados-Membros na defesa dos valores democráticos. O CESE, em conjunto com as organizações da sociedade civil, poderia organizar um fórum anual para analisar a situação a este respeito nos Estados-Membros da UE e elaborar propostas para corrigir e prevenir infrações. (cad)

Declínio das zonas rurais é inaceitável

Vinte anos após a primeira Declaração de Cork, o CESE e o Comité das Regiões (CR) organizaram, em 9 de novembro, uma conferência para debater a nova estratégia de desenvolvimento rural da Comissão Europeia, que se baseará na Declaração de Cork 2.0.

«Se não conseguirmos oferecer perspectivas aos jovens, investindo em infraestruturas e estimulando o crescimento e a criação de emprego nas zonas rurais, acabaremos por perder o nosso capital mais precioso, os nossos jovens, o que seria o princípio do fim das zonas rurais», afirmou Brendan Burns (UK - Grupo dos Empregadores), presidente da Secção Especializada de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do CESE.

No entanto, vinte anos após o apelo lançado na primeira conferência para «uma distribuição mais equitativa» das despesas e investimentos públicos, as disparidades entre as zonas urbanas e rurais continuam a aumentar, nomeadamente porque o financiamento consagrado ao desenvolvimento rural diminuiu. O CESE exorta a que se adote uma abordagem territorial forte que entenda



o campo e a cidade como duas partes de um todo, com benefícios mútuos.

O presidente do CESE, Georges Dassis, sublinhou o seu empenho em prol de um maior dinamismo das comunidades rurais, que também podem desempenhar um papel crucial na realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, declarando que «chegou o momento de criar uma aliança estratégica entre todos os intervenientes que promovem um melhor aproveitamento do potencial das zonas rurais, da qual deverá fazer parte não só o CR e o CESE, mas também o Parlamento Europeu». (sma)

COP 22: CESE defende papel fundamental dos intervenientes não estatais na ação climática



A COP 22 teve lugar em Marraquexe, Marrocos, de 7 a 18 de novembro de 2016. O Acordo de Paris, adotado na COP 21 (que entrou em vigor em 4 de novembro de 2016), fixou o objetivo a longo prazo de limitar o aquecimento global a um valor «bem abaixo dos 2 °C em relação aos níveis pré-industriais».

A aplicação do Acordo de Paris terá um impacto positivo na vida de todos os cidadãos europeus. O caminho

a percorrer após Paris, rumo a uma economia neutra em carbono, é extremamente difícil, e o CESE considera que a ação climática constitui, principalmente, uma oportunidade para criar novas empresas e empregos e melhorar o bem-estar dos cidadãos da UE.

O CESE participou na COP 22 na qualidade de observador, integrado na delegação oficial da UE, a fim de promover o conceito de um novo modelo de governação em matéria de clima, no qual os intervenientes não estatais desempenhem um papel essencial.

Com este objetivo, o CESE e os seus parceiros — o CR, o Comité 21 France (C21F) e a OCDE — decidiram trabalhar em conjunto na criação de uma nova coligação internacional em matéria de clima para uma governação a vários níveis e com a participação de múltiplos intervenientes, a fim de atribuir à sociedade civil o seu legítimo papel na ação climática. (mr)

Primeira reunião do Comité Consultivo Misto UE-Chile

Em 4 e 5 de outubro de 2016, o Comité Consultivo Misto UE-Chile (CCM), criado no âmbito do Acordo de Associação UE-Chile que entrou em vigor há precisamente 11 anos, realizou a sua primeira reunião.

O CCM é copresidido por Lidija Pavić-Rogošić (HR - Grupo dos Interesses Diversos), membro do CESE, e por Miguel Santibáñez, coordenador da rede de ONG do Chile, Acción. Esta primeira reunião teve por objetivo determinar a missão e as funções do CCM, elaborar o seu regulamento interno e estabelecer um programa de trabalho comum, assente em temas de interesse mútuo.

A criação do CCM há muito aguardada surge num momento crucial para as relações UE-Chile, em que estão em curso debates com vista à modernização do Acordo de Associação, incluindo um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável, em conformidade com os acordos de comércio livre recentemente negociados.

O CESE espera que o CCM venha a desempenhar um papel ativo nesse processo e se torne o único órgão consultivo da sociedade civil num futuro acordo.

Para mais informações, consulte: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.events-and-activities-eu-chile-jcc-01> (mr)

Delegação do CESE avaliou a situação dos refugiados com deficiência em Lesbos e em Atenas

Uma delegação do Grupo de Estudo Permanente para os Direitos das Pessoas com Deficiência, composta por Ioannis Vardakastanis (EL - Grupo dos Interesses Diversos), Bernard Noël (BE - Grupo dos Trabalhadores) e Dare Stojan (SI - Grupo dos Empregadores), visitou a Grécia, em outubro, para avaliar a situação dos refugiados e outros migrantes com deficiência nos centros de acolhimento em Lesbos e em Atenas. A visita foi organizada com a ajuda da Confederação Nacional das Pessoas com Deficiência da Grécia.

Atualmente, os campos de refugiados da Grécia dão abrigo a 60 000 pessoas, que aparentemente tencionam, na sua maioria, mudar-se para a Alemanha ou a Suécia. Porém, o encerramento das fronteiras transformou a Grécia de um simples local de passagem num local de estadia por um período mais longo. Contudo, não existem dados sobre o número de refugiados com deficiência.



Ioannis Vardakastanis, membro do CESE, com um refugiado com deficiência em Lesbos

Uma vez identificados, os adultos e as crianças com deficiência são alojados em centros de acolhimento abertos, onde lhes são proporcionadas as melhores condições de vida possível, dentro dos limites de cada centro. Foram envidados esforços para criar bons acessos aos locais de acolhimento de refugiados com deficiência, contudo o relevo acidentado do terreno, a localização remota dos centros e os recursos limitados disponíveis tornaram, sem dúvida, a mobilidade e o acesso num grande desafio. Na semana que antecedeu a visita foi lançado um novo programa destinado a inserir as crianças refugiadas nas escolas, não tendo, no entanto, sido dada atenção às portadoras de deficiência.

Em fevereiro de 2017, o CESE organiza uma audição para apresentar às outras instituições da UE e às partes interessadas pertinentes as principais conclusões desta missão. (mm)

NOVA PUBLICAÇÃO

A primeira brochura do CESE que é fácil de ler e de perceber para pessoas com dificuldades de compreensão



O que é o Comité Económico e Social Europeu?

O CESE acaba de publicar a sua primeira brochura fácil de ler e de perceber destinada a pessoas com dificuldades de compreensão devido a uma deficiência mental ou a um baixo nível de escolaridade, ou ainda a outros problemas que possam limitar o acesso à informação. A brochura apresenta o CESE — o seu papel, funcionamento e atividades — de forma simples. A linguagem clara, a tipografia e a paginação seguem as recomendações formuladas nas orientações para este tipo de publicação.

Línguas de publicação: EN, FR, DE

Cette brochure est disponible sur le lien <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.fr.publications&itemCode=41049>.

O papel da sociedade civil na União Europeia da Energia para garantir uma energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis debatido

pelo Grupo dos Interesses Diversos

Em 27 de outubro de 2016, o Grupo dos Interesses Diversos do CESE reuniu-se em Bratislava para debater o tema «O papel da sociedade civil na União Europeia da Energia: garantir uma energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis».

Reunindo cerca de 120 representantes da sociedade civil da Eslováquia e do CESE, a conferência contou com a presença de Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela União da Energia, e Vojtech Ferencz, secretário de Estado para a Economia da Eslováquia. Na abertura da conferência, Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, instou todos os intervenientes a apoiar plenamente a União da Energia da UE, que, em seu entender, tem o potencial para se tornar «o equivalente ecológico da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço do 3.º Milénio».



Da esquerda para a direita: Maroš Šefčovič, Luca Jahier e Kropil Rudolf

Luca Jahier afirmou igualmente que a União da Energia constitui, sem dúvida, uma grande oportunidade para o crescimento e a criação de emprego na UE e um instrumento positivo em prol da cooperação, coesão, solidariedade e confiança europeias. Este ponto de vista foi corroborado

por Maroš Šefčovič, que sublinhou que a União da Energia é um projeto europeu muito consensual e que a sociedade civil, que está no cerne das sociedades europeias, deve desempenhar o seu papel no sentido de assegurar uma transição energética justa onde não haja excluídos. (cl)

Reforçar o crescimento e a competitividade da Europa: Uma estratégia comercial proativa – AGORA!



Jacek Krawczyk com Charles Adams, embaixador dos EUA, Signe Ratsö (DG TRADE da CE) e Matti Anttonen, subsecretário de Estado para as Relações Económicas Externas da Finlândia

pelo Grupo dos Empregadores

O papel que o comércio desempenha enquanto motor de crescimento e emprego é inegável, mas a perceção da opinião pública sobre a liberalização do comércio está a deteriorar-se e é preciso atender às preocupações dos cidadãos de forma mais eficaz. Esta foi uma das conclusões da conferência intitulada «Reforçar o crescimento

e a competitividade da Europa: Uma estratégia comercial proativa – AGORA!», que teve lugar em Helsínquia, no dia 26 de outubro, organizada em conjunto pelo Grupo dos Empregadores do CESE, a Confederação das Indústrias da Finlândia e a Câmara de Comércio Internacional na Finlândia.

Saliou-se a necessidade de as organizações empresariais defenderem o comércio livre, partindo da ideia de que não se pode esperar à partida que as pessoas entendam

naturalmente os seus benefícios. Os Estados-Membros também têm um papel fundamental a desempenhar neste contexto. O mandato para negociar acordos comerciais só deve ser concedido pelos Estados-Membros à Comissão Europeia na sequência de debates nacionais exaustivos e com o apoio dos parlamentos nacionais. A política comercial não pode tornar-se refém de questões nacionais. Quaisquer preocupações a nível nacional, ou mesmo regional, deverão ser debatidas numa fase inicial do processo. A UE necessita de uma estratégia comercial proativa para as empresas, devendo as regulamentações apoiar – e não dificultar – o seu crescimento.

O debate realizado em Helsínquia foi extremamente oportuno, uma vez que teve lugar durante as negociações de última hora sobre o CETA. Limadas as últimas arestas do acordo, o presidente do Grupo dos Empregadores e os coorganizadores finlandeses emitiram uma declaração conjunta manifestando o seu apoio ao comércio livre e declarando que é possível obter um amplo apoio ao comércio livre, tanto das entidades patronais como dos sindicatos, quando o debate se baseia em factos e números e não em mitos e receios. (mp)

Investimento público na Europa: a UE pode e deve fazer mais!

pelo Grupo dos Trabalhadores

A Europa continua a padecer de falta de investimento, dificultando a retoma económica e o progresso social. Fomentar a retoma económica através do investimento público foi o tema central da reunião extraordinária

do Grupo dos Trabalhadores, que teve lugar em 30 de novembro. Achim Truger, economista, apresentou o seu estudo intitulado «Implementing the Golden Rule for Public Investment in Europe» [Aplicar a regra de ouro para o investimento público na Europa], onde explica que os défices públicos se podem justificar se forem utilizados para fins de investimento. Os participantes debateram a forma como essa regra poderia ser aplicada

com sucesso na UE, de modo a oferecer maior flexibilidade no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento mediante a exclusão do investimento produtivo das metas do défice e da dívida nacionais.

Chiara Crepaldi, investigadora, apresentou igualmente um estudo sobre as possíveis sinergias entre o Plano de Investimento para a Europa e a iniciativa do pilar europeu dos direitos sociais enquanto elementos fundamentais de uma nova estratégia para uma maior convergência económica e social na Europa. Os participantes sublinharam que

NOTÍCIAS BREVES

Madi Sharma, membro do CESE, escreve livro para ajudar a pôr 7 mil milhões de ideias em ação

Madi Sharma, membro do CESE (UK - Grupo dos Empregadores), autopublicou o seu livro «Madi No Excuses!» [Madi sem desculpas!]. Uma sobrevivente de violência doméstica que se transformou numa empresária bem-sucedida, Madi pretende ajudar todas as pessoas, nomeadamente as pessoas desfavorecidas, a tornarem-se agentes de mudança, desenvolvendo o seu potencial para o empreendedorismo no sentido mais lato da palavra. O empreendedorismo, tal como sublinhado no parecer do CESE sobre «Criatividade e Empreendedorismo: Instrumentos para superar a crise», não tem a ver com dinheiro ou planos de negócios, tem antes a ver com ideias



Madi Sharma, membro do CESE, com um grupo de aspirantes a empresárias

e com a transformação dessas ideias em realidade. Para mais informações, consulte <http://madisharma.org/noexcuses/> (dm)

Thierry Libaert, membro do CESE, analisa a comunicação ambiental



Thierry Libaert (esquerda), membro do CESE, no evento de lançamento

Thierry Libaert (FR – Grupo dos Interesses Diversos). Thierry Libaert moderou o debate com alguns dos coautores do livro e outros oradores proeminentes.

O livro, publicado pelo *Centre national de la recherche scientifique* [Centro Nacional de Investigação Científica] francês, debruça-se sobre a evolução da comunicação no domínio ambiental desde a sua primeira aparição nos anos 90, na sequência de uma série de catástrofes ambientais, até à sua integração no discurso das empresas e dos responsáveis políticos. Analisa também a forma como a comunicação ambiental influencia a ação, os processos e as operações de cariz ambiental de uma organização e o modo como molda o comportamento dos consumidores. (dm)

Em 16 de novembro, organizou-se uma mesa-redonda na *INSEEC Business School*, em Paris, para assinalar a publicação do livro *La communication environnementale* [Comunicação ambiental], elaborado sob a responsabilidade do membro do CESE

VOTOS DE BOAS FESTAS

Caros leitores,

Desejamos a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo repleto de saúde.

Agradecemos o interesse demonstrado e, na expectativa de um 2017 pleno de novos desafios e oportunidades estimulantes, começámos a preparar a transição para um novo formato em linha nos próximos meses.

A equipa do *CESE Info*



a UE deve desenvolver com urgência um projeto positivo para garantir condições de vida e de trabalho equitativas para os seus

trabalhadores e cidadãos, em especial tendo em conta o aumento do nacionalismo e os desafios da era digital.

A reunião constituiu uma oportunidade para debater os progressos registados no Pacote de Emprego, Crescimento e Investimento do Presidente Jean-Claude Juncker, centrando-se em ideias para promover a política europeia de investimento e a iniciativa do pilar europeu dos direitos sociais enquanto instrumentos para garantir o crescimento sustentável e inclusivo e como alternativa às políticas de austeridade. (mg)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Editores:

Alun Jones (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Caroline Alibert Deprez (cad)
Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Dilyana Slavova
Jasmin Klotzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Margarida Reis (mr)
Margarita Gavanis (mg)
Milen Minchev (mm)
Monica Procopet (mp)
Silvia M. Aumair (sma)

Coordenação geral:

Daniela Marangoni
Katerina Serifi

Data do fecho desta edição: 1 de dezembro de 2016

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel.: +32 2 546 94 76
Fax: +32 2 546 97 64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do CESE Info em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o CESE Info encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 5 800 exemplares.

O próximo número sairá em janeiro de 2017.

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Dezembro de 2016 / 9



Serviço das Publicações